## ATA 16/08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1 2

3

4

5

6 7

8

9 10

11 12

13

14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

2425

26

27

28

29

30

31 32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42 43

44 45

46

47 48

49

50

Aos 3 dias do mês de julho de 2008, com inicio as 18:30 horas e tendo por local o auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, 325, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como proposta de pauta os seguintes assuntos: 1)Abertura, 2)Avaliação e Votação da Ata 14/08, 3)Leitura dos Pareceres da SETEC 036/08, 039/08 e 040/08, 4)Informes, 5)Convites e 6)Pauta Principal: a)Ata do Conselho Distrital Extremo Sul e b)Convênio Prefeitura Municipal de Porto Alegre X Hospital Mãe de Deus. Estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: 1)OSCAR PANIZ, 2)REJANE HAIDRICH, 3)FLÁVIO BECCO, 4)MARTA MARCANTONIO, 5)JOÃO BATISTA FERREIRA, 6)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 7)IONE TERESINA NICHELLE, 8)PAULO GOULART DOS SANTOS, 9)MÁRCIA CHAVES MOREIRA, 10)DEOCLIDES FERREIRA DE ALMEIDA, 11) JACI DOS SANTOS, 12) ZILDA DE MORAES MARTINS, 14) MARIA IVONE DILL, 15)MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA, 16)OLIR CITOLIN, 17)PAULO ANTONIO STOELBEN. 18)HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR. 19)RENE MIGUEL ALVES, 20)MARIA ANGELICA MELLO MACHADO, 21)LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO, 22)SANDRA MELLO PERIN, 23)ROSA CRISTINA MACHLINE HARZHEIM, 24)DÉBORA RAYMUNDO MELECCHI, 25)VERA TEREZINHA LEMOS LEONARDI, 26)ANA CLÁUDIA DE PAULA, 27)SILVIA GIUGLIANI, 28)MARIA REJANE SEIBEL, 29)ROGER DOS SANTOS ROSA, 30) RITA DE CASSIA BISPO, 31) JAMES DA ROSA MARTINS, 32) MÁRCIA NUNES. O conselheiro suplente presente era: 1)HUMBERTO JOSÉ SCORZA e ERNANI TADEU RAMOS. Justificaram suas ausências: Nei Carvalho, Isis Azevedo da Silveira, Ana Maria de Araújo Cirne, José Carlos da Silveira Vieira, Walmir Labatut e Rogério da Silva Ramos. A coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA encaminha a avaliação da Ata 14/08, solicitando aos presentes, conselheiros, se há alguma proposta de alteração ou correção. encaminhada à votação, sendo aprovada por 12 votos favoráveis, Nada havendo é nenhum contrário e 3 abstenções. Prosseguindo, a coordenadora encaminha a leitura dos Pareceres e solicita à Conselheira HELOISA ALENCAR que os apresente. PARECER 036/08 - CEREPAL - Centro de Reabilitação de Porto Alegre. Prestação de Contas da 14ª etapa da Nota è Minha. Valor de R\$ 7.131,39. Recursos do Governo do Estado do RS. É consultado o Plenário sobre algum esclarecimento e nada havendo é encaminhada à votação, sendo aprovado por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Prosseguindo é apresentado o PARECER 039/08 - IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - Plano de Aplicação de Projetos encaminhados ao Ministério da Saúde e Emendas Parlamentares. Valor de R\$ 12.062.004,97.(doze milhões sessenta e dois mil e quatro reais e noventa e sete centavos) A origem dos recursos é de emendas parlamentares e de verba do orçamento do Ministério da Saúde. Sobre este Parecer houve vários questionamentos, todos respondidos pelo representante da Entidade, Senhor RAUL VALANDRO. Após isso 0 encaminhado à votação, sendo aprovado por 20 votos favoráveis, 1 contrário e nenhuma abstenção. A Conselheira MARIA REJANE SEIBEL, representante do Sindicato dos Enfermeiros solicita declarar seu voto. Explica que vota contra pois se posiciona contra este instrumento da Emenda Parlamentar, pois para a saúde deve existir verba específica. Não é ilegal mas é imoral e sabemos de onde vem estas verbas Prosseguindo é apresentado o PARECER 040/08 - GRUPO parlamentares. HOSPITALAR CONCEIÇÃO - Prestação de Contas da 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> etapas Programa A Nota Solidária, no valor de R\$ 51.552, 04. Recursos do Governo do Estado do RS. Encaminhado para votação o mesmo é aprovado por 24 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Iniciando os informes a Coordenadora MARIA LETICIA

apresenta o Edital de Eleição do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal, para seu Núcleo de Coordenação. A divulgação é de 17/06 até 15/07/08. A inscrições de Chapas será no dia 15 de julho, das 19 as 21 horas. A Propaganda Eleitoral do dia 16 de julho até 5 de agosto. A Eleição ocorrerá no dia 5 de agosto de 2008, no horário das 19 as 21 horas, no Auditório do Centro de Saúde Vila dos Comerciários, sendo o escrutínio, proclamação do resultado e posse dos eleitos, após o término da votação. Este processo eleitoral está sendo coordenado pela Comissão Eleitoral, composta por JUSSARA CABEDA, ANGELINA VARGAS E CARLOS AMÉRICO BISCARDI. Continuando, volta a Coordenadora MARIA LETICIA a solicitar, pois recebemos novamente do COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes), pedido para completarmos o quadro de conselheiros que compete ao Conselho Municipal, naquela entidade, ou seja, falta ainda um representante de Conselheiro Titular, e mais 4 representantes para suplentes. São quatro as nossa vagas naquele Conselho. Solicitamos que nos ajudem a indicar mais estas pessoas. Quem estiver interessado procure a Secretaria de nosso Conselho. Outro assunto é de que por diversas vezes solicitamos ao Gestor Municipal da Saúde que nos enviasse a Contratualização assinada com os Hospitais de Ensino em Porto Alegre e até hoje não recebemos esta resposta.. Tivemos a iniciativa então de enviar correspondência à estes Hospitais, solicitando cópia desta Contratualização. Fomos correspondidos e já recebemos do Hospital de Clínicas, da Beneficência Portuguesa, do Instituto de Cardiologia e da Santa Casa de Misericórdia. Faremos a reunião do Grupo que esta se preparando para discutir a nossa atuação em relação as Contratualizações em 8 de julho próximo, as 18 horas. Outra pendência que temos é para a realização de um Seminário sobre os Indicadores para Monitoramento e Avaliação do SISPACTO. Estamos indicando a data de 24 de julho, as 18:30 horas. No ano passado fizemos também dois encontros, bem interessantes, para entendermos os Indicadores e posteriormente encaminhamos para a Plenária do Conselho avaliar. A idéia é de que neste ano aconteça à mesma coisa. Todos estão convidados. Continuando, manifesta-se o Conselheiro OSCAR PANIZ, que primeiramente apresenta um convite do IMAMA para a 5ªEdição da Caminhada das dia 13 de julho de 2008, saindo do Parcão as 10:30 horas em Vitoriosas, que será direção ao Parque da Redenção. Outro assunto é sobre o nosso Seminário acontecerá no dia 12 de Julho, um sábado das 8:30 as 17 horas, aqui neste auditório sobre as Fundações. Este evento faz parte do nosso Programa de Capacitação e estará passando duas listas para que quem quiser participar, coloque seu nome deveremos ter a relação das pessoas que entrarão no prédio naquele dia, pois é um sábado e a guarda é terceirizada. Além do que pretendemos pagar o almoço para 50 pessoas e precisaremos dos nomes, antecipadamente. A Coordenadora MARIA LETICIA aproveita o informe e reforça as participação dos conselheiros pois é necessário que nos apropriemos do maior número de informações para nossa intervenção ser cada vez mais qualificada. Fala a Senhora ELIANE PAIM, conselheira do Conselho Distrital do Partenon, que inicia dizendo necessitar de uma ajuda deste Conselho Municipal, em relação ao Núcleo do Murialdo. Ontem fui fazer uma visita nos postos do Murialdo e fiquei horrorizada. Os consultórios não em mais médicos. O Posto três tem uma médica e o restante é estudante. O Posto dois, que é o da Vila Vargas, simplesmente está fechado. As pessoas são encaminhadas para o Murialdo Central, que também não tem médico, pois um é Cargo de Confiança, outro foi transferido e assim vai. Nós estávamos conversando, e nestes Postos daria para colocar Equipes de Saúde da Família. Solicito que nos ajudem, chamando a Diretora do Murialdo, a Dra. ANGELA, para colocar isso em discussão. A Vila São Guilherme deverá ficar com 200 famílias sem atendimento médico, pois o que tem vai ser dispensado da Santo Alfredo. Está uma briga entre a Pindorama e a São Carlos, que estão transferindo e trocando usuários e eles não tem onde consultar.

51

5253

54

55

56

57 58

59

60

61 62

63

64

65

66

67

68

69 70

71

72 73

74 75

76

77

78

79

80 81

82

83

8485

86 87

88

89 90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

Obrigado. Na següência, fala a Coordenadora MARIA LETÍCIA, esclarecendo à ELIANE. que temos esta preocupação, aqui no Conselho Municipal de Saúde. O Murialdo é uma questão pendente. Solicitamos para o Ministério Público uma pauta sobre este tema. Hoje devem ter feito um contato com a Senhora para convidá-la para a reunião do Núcleo de Coordenação do próximo dia 9 de julho, as 17 horas, onde trataremos deste assunto. Fala a seguir o conselheiro PAULO GOULART, que pergunta ao Gestor sobre o exame de Densitometria Óssea. Uma pessoa precisa fazer o tratamento e precisa deste exame. Já faz dez meses que solicitou e hoje lhe disseram que este tempo é muito pouco, pois estão sendo marcados exames destes, de 2005, 2006. Falta de dinheiro não é. Falta oferta destes exames no mercado? Falta de dinheiro não é, pois está saindo uma propaganda na revista Veja, de circulação Nacional, da Prefeitura de Porto Alegre, onde inclusive tem dados sobre a Saúde. O que Alagoas, Piauí tem de saber sobre a nossa saúde? Obrigado. Fala a seguir a conselheira IONE NICHELLE, do Conselho Distrital Noroeste. Diz ter recebido a cópia de um Relatório de Fiscalização feito no Centro de Saúde IAPI. Tem um Bloco Cirúrgico, que tem um potencial muito bom. É ocioso, pois muitos encaminhamentos são errôneos, equivocados. O médico está lá mas não pode atender pois os encaminhamentos são indevidos. Da mesma forma que o Serviço sobre Violência contra Crianças, que coloquei aqui na outra vez. Que fosse anunciado ao Nosso Distrito foi conhecer o trabalho. È um trabalho menos aqui no Conselho. coordenado pela Dra. JOELZA, muito bom. Entrou na Rede e as pessoas que Coordenam e atendem não sabem qual território que eles atuam. Como um serviço vai funcionar deste jeito? Tem um aparelho de Ecografia ocioso há anos. Será que não tem um Gestor capaz? Tem médicos ociosos. Quando foi comprado este aparelho, foi oferecido um curso e ninguém quiz. Os médicos não quiseram. Quem manda na Saúde, afinal? São as pessoas que trabalham, é o Gestor? Fizemos uma discussão sobre a implantação de duas Equipes de Saúde da Família, para atender os idosos, que se queria implantar no IAPI. A gente discute, discute as coisas. Somente reuniões. Se os profissonais da saúde não mudam o que eles querem, na cabeça deles, não adianta. Outra coisa é sobre um Projeto que existe desde 2004, sobre a qualificação do Serviço para o Idoso. Desde aquela época vem sendo discutido. Tinha uma verba que estava sendo trabalhada e que contemplaria 9 Unidades, para qualificar este Serviço do Idoso. Em todos estes anos houve inúmeras reuniões. Tem Comissão. Construímos juntos. Desde aquela época, todos os Coordenadores da Política do Idoso nos receberam e conversamos. Viemos aqui várias vezes, solicitando notícia disto aqui e nunca nos deram. A LIZIA, quando era Coordenadora nos disse, "vamos discutir". Até hoje não se discute e pelo que sabemos já compraram alguma coisa. Então gueremos saber. E porque não respondem para a gente? Não estamos brincando. Estamos fazendo nosso papel e acreditamos que estejamos fazendo corretamente. Desculpem-me, mas o respeito não existe mais. Na região todo mundo conhece este Projeto. No IAPI os funcionários e todo mundo, esperam acontecer. Fala a seguir a SANDRA PERIN, conselheira representante do GAPA. Não estive aqui na reunião do dia 26, reunião de aprovação do PAM-AIDS, pois estava em São Paulo no 1º Simpósio Internacional de Saúde Mental em AIDS. Voltei bastante preocupada com esta questão e se alguma instância quiser, posso encaminhar o que aconteceu lá. Seguindo fala Dra. ELIANA FERREIRA, Gerente Distrital Leste Nordeste. Inicialmente responde a IONE que não há a vaga de médico ultrasonografista. Pior que isso, a Secretaria não pode contratar médico. Por isso temos de contratualisar Serviços. Informo, por outro lado, que foi inaugurado o Centro de Especialidades Odontológicas da Bom Jesus. Foi a toque de caixa, pois o Ministério da Saúde deu um prazo. A estrutura física está montada. Estamos recrutando profissionais para tentar instalar o serviço lá. Estamos em processo de conveniamento com a PUC, para nos ajudarem a compor o CEO. Este é o quinto serviço

101 102

103

104

105

106

107

108

109 110

111

112

113

114

115116

117 118

119

120

121

122

123

124

125126

127

128

129

130

131

132133

134

135

136137

138

139 140

141

142

143144

145146

147

148

149

de Especialidades Odontológicas que estamos podendo disponibilizar. No início somente tínhamos dois, que era o do GHC e um, extremamente sucateado, no Santa Marta, que a Secretaria re-estruturou. Fala a seguir, a conselheira ZILDA MARTINS. Primeiramente reforço o que a ELIANE falou sobre o atendimento da saúde no Partenon, que realmente está muito precário. Sobre as eleições. Foi muito participativa, com 275 votos e com um nova coordenação, havendo renovação. Sobre o Murialdo, tínhamos a informação de que havia um entendimento e para minha surpresa as coisas retrocederam pois teria havido uma oferta de 300 mil reais por mês, para despesas de transferência e o município achou muito pouco. O Município tem como carrear recursos via Ministério da Saúde, via ensino, se estiver atendendo na Assistência. Estivemos na semana passada no Congresso sobre Prevenção da AIDS, em Florianópolis. Tínhamos representações do Controle Social, mas poderíamos ter mais. E com a IONE, me solidarizo, com a pauta em relação ao idoso. Manifesta-se a seguir o conselheiro CITOLIN, que registra seu protesto em relação aos meios de comunicação, pois nesta semana estiveram fazendo uma reportagem no Grupo Hospitalar Conceição, principalmente na Emergência. Mostrando uma situação que realmente é triste. Mas digo a vocês que é a única Emergência que atende a todos. Os outros fecham as portas. E nós, que somos do Controle Social, se não defendermos o SUS, esta RBS, estes meios de comunicação, estas empresas privadas, que querem abocanhar toda a saúde, vai acontecer isso. Temos de repudiar este tipo de atitude, onde falam mal, pois alguém fica 10, 15 horas para ser atendido. Mas é atendido. Então este é o meu protesto. Fala a seguir a conselheira MARIA ENCARNACION, do Conselho Distrital da região Leste. Sobre a inauguração que a Dra. ELIANA anunciou, do CEO, o Controle Social foi pego de a surpresa, pois em 19 de maio tivemos uma reunião com a PUC, onde esta colocou todas as dificuldades de iniciar este trabalho agora, pois tem a questão das férias, e o CEO somente poderia funcionar em Agosto. Ficamos sabendo as 10 horas da manhã, que seria inaugurado as 14 horas. E pior ainda, sem pessoal. Estão tirando pessoal de outros serviços. Como ficarão esses serviços? Gostaria de saber como funciona isso, pois teria havido um ultimato do Ministério da Saúde que deveria ser inaugurado até 30 de junho, caso contrário os equipamentos poderiam ser retirados. Gostaria de ver onde está escrito isso? Informo também que nesta terça feira passada estivemos junto com a Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores, em visita ao Hospital de Pronto Socorro, até para ver o que evoluiu após a última visita, em fevereiro passado. O que foi muito questionado é sobre o Projeto QUALISUS, que não anda. Tem recursos desde 2004 e as obras não saem. Mas ninguém sabe responder sobre o QUALISUS. Fala a Conselheira REJANE do Eixo Baltazar, que pergunta ao Senhor JAMES MARTINS, representante do Gestor, o que vai ser feito do Santa Marta, pois não dá mais para agüentar aquela sujeira, a imundície, o mau cheiro que existe. Os banheiros horríveis. Acho que dever haver uma reforma urgente ou que se feche. Obrigado. Fala a seguir o Conselheiro HUMBERTO SCORZA, que se reportando ao que falou a MARIA ENCARNACION diz que uma coisa é o que a mídia diz lá fora. O CITOLIN tem razão, quando ela pecha o SUS. E outra coisa, é quando no ano eleitoral, o Gestor faz propaganda de inaugurações. Façam o que quiserem, mintam o que quiserem e digam meias verdades. Quando se traz uma informação para este Conselho, por favor, nos respeitem. Não dizer simplesmente que inaugurou isto ou aquilo. Mas vem o questionamento após a inauguração. Inaugurou com que, com quem e porque? E de que jeito? Já vimos que, a revelia de algumas coisas, são feitas inaugurações. Onde estão as pessoas para trabalhar? Por favor, quem trouxer informações para dentro deste Conselho, as traga com seriedade, para nos respeitar, ao menos. Fala a seguir o Conselheiro JOÃO BATISTA FERREIRA do Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal. Faz novamente sua critica em relação às reuniões que acontecem no Distrital ou mesmo dos Conselhos Locais, pois as

151

152

153154

155

156

157

158159

160

161

162163

164

165

166

167168

169

170

171

172

173

174

175

176177

178

179

180

181 182

183

184 185

186 187

188

189 190

191

192

193

194

195 196

197

198 199

chama de reunião de funcionários. Os usuários não comparecem. Não há mobilização. Fui chamado para falar numa comunidade indígena e lá também, eles, como os negros, são discriminados. Retoma o Conselheiro OSCAR PANIZ, lembrando para os que chegaram mais tarde, sobre o nosso Seminário no dia 12 de julho, sábado, sobre as Fundações Estatais e Publicas. Está passando a lista de presença, pois necessitamos que as pessoas se inscrevam. A coordenadora MARIA LETICIA apresenta o registro de convites. Sobre um Seminário sobre o PL 3021, que acontecerá no Plenarinho da Assembléia Legislativa, no dia 8 de julho de 2008. Outro convite, onde teremos a representação do Conselho através da Conselheira MARIA ENCARNACION, é no dia 7 de julho as 9 horas, no Conselho Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente, que é para participar da Reunião do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Também sobre o que o Conselheiro OLIR CITOLIN falou, nós já participamos de 2 reuniões, chamadas pelos, Ministério Público Federal e Estadual, para discutir a situação da Urgência e Emergência em Porto Alegre. Ontem participamos da 2ª reunião e infelizmente o Gestor Municipal não se fez presente. Oportunamente traremos a agenda diária de compromissos, que já apresentamos à vocês, pois são inúmeros compromissos que temos cumprido. Dando continuidade, a Coordenadora MARIA LETÍCIA encaminha o primeiro assunto que é sobre a transferência de um valor de R\$ 80.000,00 que por decisão do Conselho Distrital do Extremo Sul e do Conselho Municipal de Saúde, seria utilizado para construir a Unidade de Saúde do Beco da Vitória, na estrada do Lami, para a instalação de uma Equipe de Saúde da Família. A origem deste dinheiro é da Municipalização Solidária, verba em que o Conselho Municipal participa de seu Plano de Aplicação. A proposta é de que se utilize estes R\$ 80.000,00 para a construção de duas Salas, Anexas ao PSF da Ponta Grossa, para a instalação da Sala definitiva do consultório dentário, pois atualmente está se readequando a sala, que era utilizada para reuniões da comunidade e trabalhos de grupo, para que se implante este Consultório Dentário, que não foi o acordado com aquela comunidade. Como a Empresa Ecoclean, situada na Estrada do Lami, como contra partida, irá construir a Unidade de Saúde para o Beco da Vitória, o Conselho Distrital do Extemo Sul propôs esta transferência dos R\$ 80.000,00 em sua Plenária de 17 de junho de 2008 e a comunidade aprovou, conforme Ata em anexo. O Senhor JAMES DA ROSA MARTINS, representante do Gestor, manifesta-se dizendo que a Empresa Ecoclean já está com o Projeto pronto e deverá encaminhá-lo nesta semana para que seja aprovado e se iniciem as obras. Portanto, encaminhamos para a votação, a readequação do valor de R\$ 80.000,00 da Municipalização Solidária, destinados a construção de 2 salas, anexas ao PSF da Ponta Grossa, para a instalação do consultório dentário, conforme Ata, em anexo, de 17 de junho de 2008, do Conselho Distrital Extremo Sul. A proposta é aprovada por 28 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento, a Coordenadora MARIA LETICIA encaminha a segunda proposta de pauta que é a proposta de Conveniamento com o Hospital Mãe de Deus. Vou fazer um pequeno histórico de como chegamos até aqui. Lembram que em 2005 tivemos o fechamento do CAPS AD, por decisão do Gestor. O Conselho Municipal de Saúde não ficou satisfeito com isso e trouxe a discussão, para este Plenário. Tivemos a mediação do Ministério Público. Em reunião com o Gestor e com o Conselho definiu, através de um Termo de Ajustamento de Conduta, a respeito desta situação. Este Termo não foi cumprido em tempo hábil, pelo Gestor. Nós disponibilizamos, dentro do envelope dos conselheiros, hoje, a decisão, veiculada no site do Tribunal de Justiça. Em virtude do não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Publica e a decisão, que consta no envelope, é de que o município deveria criar uma Emergência Psiquiátrica, nos mesmos moldes do PAM 3, sem prejuízo àquela

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210211

212

213

214

215

216

217218

219

220221

222

223

224225

226

227228

229

230

231232

233

234

235

236

237238

239240

241

242

243244

245

246

247248

249

Instituição. Recebemos a proposta, que será apresentada a vocês, no dia 3 de junho. No dia 13 de junho foi encaminhada para avaliação da SETEC. Daí foi distribuída para seus membros. Voltou para análise em 27 de junho, e aqui registro que não tivemos a presença da representação da Política de Saúde Mental, no dia em que foi analisada na SETEC. A Comissão de Saúde Mental do Conselho também fez seu Parecer, reunindo-se por duas vezes, sendo uma em caráter extraordinário. Passo para a leitura do Parecer, que foi elaborado, pela SETEC, onde se inclui a observação da Comissão de Saúde Mental. Ressaltamos que todos receberam o Parecer, para acompanharem a Leitura e ainda temos cópias, aqui na mesa de recepção. A Conselheira HELOISA ALENCAR faz então a leitura do PARECER 041/08 - CONVÊNIO AESC-MÃE DE DEUS E SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SAÚDE MENTAI. (Parecer em anexo e arquivado junto à esta Ata, na Secretaria do Conselho). Após sua leitura, a Coordenadora MARIA LETÍCIA solicita que a Dra. IRMA ROSSA, médica, que está coordenando a Política de Saúde Mental, desde novembro do ano passado, se manifeste. Fala então a Senhora IRMA. Agradeço as considerações feitas pela Secretaria Técnica do Conselho, que certamente serão de grande vali apara que se possa fazer um Convênio dentro das condições ideais. Agradeço a oportunidade de vir agui falar um pouco sobre este Relatório que a Secretaria Técnica nos enviou. Farei um retrospecto, desde quando estive aqui, e das informações que forneci. Apresentei uma Linha do Tempo onde havia algumas coisas que estavam acontecendo e do que tínhamos do ponto de vista de CAPS e de Serviços de Saúde Mental, até 2005. Também falei para vocês que estava proposto a ida a Campinas, num Seminário sobre a Saúde Mental nas Grandes Cidades, porque é uma preocupação, não somente de Porto Alegre mas do pais. Foram convidadas 22 cidades e estes foram alguns dados, que mostrei naguela ocasião, em relação do que havia em Campinas, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife, mostrando uma coisa, que já é de nosso conhecimento, de que nossa Rede precisa ser adensada e que os nossos mecanismos, nossos instrumentos substitutivos, de leitos hospitalares ainda precisam ser adequados. Peço desculpas pelo erro da informação sobre a população de Porto Alegre. Sobre o Parecer, começo a responder e foi um engano em não colocar o CAPS AD da Vila Nova. Então, a idéia de que neste ano ainda a gente possa abrir um CAPS-I na Leste, um PA no IAPI, um CAPS-AD no IAPI, um CAPS-AD no Santa Marta e um CAPS-Falamos que estávamos planejando também sobre AD na Vila Nova. TAC(Termo de Ajustamento de Conduta), que a LETICIA mencionou e também sobre a própria legislação, que está a disposição dos Senhores e especialmente que os Serviços serão submetidos as Normas Técnicas e Administrativas e aos Princípios e Diretrizes do SUS. E também de quando houvesse a impossibilidade de ofertar serviços pelo Gestor, que se tivesse a possibilidade de recorrer aos serviços oferecidos pela iniciativa privada, como já é feito em outras especialidades. Cardiologia, nefrologia, exames de laboratório. Existem normas para que se faça este Convênio. Esta Minuta que estamos trabalhando está absolutamente adequada dentro destas orientações. Existe o interesse recíproco das Têm objetivos institucionais comuns. O resultado também é comum. Também é citado no Parecer que não temos Plano Operativo, o que é verdade, naquele material que foi visto mas que agora está adequado. Quero me desculpar ao Conselho e a Secretaria Técnica por não ter comparecido a reunião por não ter ficado sabendo. E não ter sido convidada. Na última reunião que eu havia participado, LETICIA, eu tinha entendido que era uma reunião inclusive sem a participação do Gestor. O Conselheiro uma questão de ordem, no que é atendido pela HUMBERTO SCORZA solicita coordenação e solicita que como o Parecer da SETEC está muito bem elaborado, detalhado, que o Gestor providenciasse a resposta por escrito. Manda-se a SETEC e esta pudesse apreciar e responder. Infelizmente, me parece que é somente a Senhora, Dra.

251

252

253

254

255

256

257

258259

260

261262

263

264

265266

267268

269270

271

272

273

274

275276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286 287

288

289 290

291

292

293294

295

296

297

298

299

IRMA, que trabalha, não é uma Equipe. Retoma a Dra. IRMA dizendo que está fazendo apenas um preâmbulo, para poder responder ao Parecer. Intervem a Coordenadora MARIA LETICIA, dizendo que a colocação do HUMBERTO é pertinente, mas ela vai responder aos conselheiros ponto por ponto, o que não invalida a proposta que o HUMBERTO faz e seja remetido novamente à SETEC. E, Dra. IRMA, na SETEC há a representação do Gestor, que deveria ter avisado à Senhora, sobre todas as caminhadas do processo. Retoma a Dra. IRMA dizendo que algumas respostas já deu e que as frisará mais. Então, sobre os questionamentos colocados no Relatório. Primeiramente, sobre a frase, "tratamentos das enfermidades mais incidentes", nós acrescentamos, e na verdade foi um erro, "enfermidades psiquiátricas" que é o motivo de estarmos fazendo este convênio. Sobre a cláusula primeira, do objeto e seus estabelecimentos, isto é na verdade que o Hospital é mantido pela Associação Educadora São Carlos mantenedora tem diversos outros estabelecimentos, filiais, e seus respectivos CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). O nosso advogado recomendou que isto fosse assim escrito. Na cláusula 2ª, parte 1, item 1, que diz "que o Santa Marta não é o local que pode abrigar CAPS", na verdade o Santa Marta está sendo cogitado, e até gostei de ouvir de alguém aqui, que o local está ruim e precisa realmente ser modificado. Na verdade o Santa Marta tem áreas ociosas e a Prefeitura segue pagando aluguel para alguns servicos. A idéia é de que se aproveite o Santa Marta. As reformas e adaptações seguirão rigorosamente o que está determinado pela Portaria. O órgão que fiscaliza isto é a Vigilância Sanitária, que também acompanha tanto o Projeto arquitetônico, quanto a execução da obra que está baseada na RDC 5026, da ANVISA. Isso podem ter certeza que será feito, pois senão a Vigilância não nos dará autorização. O mesmo irá ocorrer quanto ao prédio da Vila Nova. Quanto a área, que está sendo colocado aqui, que são 100 metros quadrados e não comportando, isto vai ser definição e decisão da Vigilância Sanitária. Informo aos Senhores que tem uma área que não está no corpo da casa, que também será utilizada para oficinas. A Clausula 2ª item 1, diz quais os recursos que serão utilizados na adequação e não consta no item. Isto na verdade será respondido e será o Vinculo 40, da centralizada, Secretaria da Fazenda. O Senhor JAMES DA ROSA MARTINS intervem dizendo que a Prefeitura irá aportar recursos, a partir já da semana que vem. Não sairá do Fundo Municipal de Saúde. Sobre o texto onde diz que a Conveniada fará a fiscalização, isto foi modificado e por isso que foi muito bom o Parecer da SETEC, que nos apontou estes erros. Quanto ao Custeio dos Servicos, o Pronto Atendimento será pago pelo SUS, conforme Tabela e os CAPS são pagos por APACS e Boletins de Atendimento. Toda uma orçamentação própria para isso. Na verdade, deveriam se autofinanciar, mas a gente sabe que isso não é a realidade e que precisamos um reforço para isso. O Fluxo de Encaminhamento, que está listado na "E" é o mesmo que se está utilizando no PACS da Vila Cruzeiro. Será utilizado o mesmo sistema de transportes e a questão da SAMU será reforçada por nós. Quanto a medicação do Pronto Atendimento o Ministério da Saúde tem o recurso. Paga R\$ 0,63 mas a dispensação da medicação, que já está sendo organizada para Atenção e está sendo Informatizada, depende da demanda e portanto, quanto mais os usuários estiverem usando, mais o Ministério da Saúde manda medicamentos. Infelizmente isto é uma coisa que nós médicos estamos falhando, pois nós, deveríamos notificar mais o que estamos dispensando aos nossos pacientes para obter mais medicação, ainda. Então não tem despesas em relação a isto. Sobre a Prestação de Contas, na verdade o município presta contas ao Ministério da Saúde. E é isso que faremos e ao Conselho, na forma de Relatório. Continuando, respondendo Item Um, letra "j" isto também foi retificado no texto da minuta. No item "K" a Portaria diz que devem existir dois técnicos de nível médio e não define que devam ser 4, como está sugerido aqui. Na verdade nós sugerimos 3,

301 302

303

304

305

306

307

308

309 310

311

312

313

314

315316

317318

319

320

321

322

323

324

325326

327

328

329

330

331 332

333

334

335

336337

338

339

340

341

342343

344

345

346

347

348349

porque este servico administrativo de quantificação dos pacientes, relatórios, organização das APACS é um serviço muito intenso e difícil de fazer. Exige que duas pessoas estejam trabalhando isso enquanto que uma outra estaria na recepção. Então achamos que precisa três e não quatro e na Portaria não está dito assim que tem de ser tantos. Sobre o item "l", o RH já foi definido e o cálculo é baseado em tabela do Ministério da Saúde. Nós estamos utilizando para 15 leitos de observação, que é o que está sendo proposto de haver no Pronto Atendimento, está definido que deverá ter um psiguiatra. Mas teremos 2 psiguiatras por turno, uma enfermeira por turno, baseado no que está de recursos humanos, que estamos fornecendo para PACS da Cruzeiro. Como iremos fiscalizar o grau de excelência no atendimento, os indicadores, as metas quantitativas? Assim como existe o PNHA, Programa Nacional de Avaliação de Hospitais, existe o PNASS que é o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde. Este é um Programa que o Ministério tem e ele é que diz quais os parâmetros e metas que devem ser avaliadas. E a partir disso, que é feito pelo Gestor Municipal, se faz um relatório e se manda para o Ministério, que então classifica o serviço e pontua. E apontam também quais as coisas que tem de melhorar. Sobre o item "N" já consta na Minuta atualizada, já constam as atribuições, como do Hospital, sendo que no corpo do texto consta a expressão Hospital. No item "o" diz que "cláusula de contrato não especificada ali". Na verdade o contrato tem vigência de um ano, tendo como Termo Inicial a data da assinatura, podendo ser iguais e sucessivos períodos, via Termos Aditivos Específicos. Se a partes estiverem interessadas ocorrera prorrogação. Na "p" está inserida uma cláusula que diz o seguinte: "que em caso de denúncia do convênio, a em andamento, que possa ocasionar prejuízo à população, deve observado um prazo de 90 dias para que realmente aconteça o rompimento" Em relação a isso eu tenho falado, quando venho na Comissão de Saúde mental, e dito que nada na vida é garantido. Como nós vamos nos garantir que a partir de amanhã qualquer Laboratório que presta serviços, diga que não quer mais fazê-lo. Bom nós vamos ter que contratar outro o mais breve possível para não acontecer o desatendimento. Por outro lado, há serviços que podem ser desmanchados. Tenho um serviço com seis técnicos de nível superior. Vamos que a médica fique grávida. Que o psiquiatra adoeça. Que a enfermeira, não sei o que. Daqui a pouco estaremos sem recursos humanos. As vezes tem de fechar mesmo. Não tem como ter uma garantia de permanência, nem a nossa. Existe uma coisa chamada "a insustentável leveza do ser", a que me referi antes. Além do que, após o rompimento, ficamos com as instalações. Sobre item dois, do Parecer, não vou responder porque isto não foi o que nós encaminhamos. Não sei de onde veio este material. Sobre o item 3, power point, foi eu que apresentei outro dia. Temos então sobre o erro na população de Porto Alegre, que já me desculpei. Porque está sendo proposta esta área para implantação? Quando a gente começou a pensar CAPS, se vocês me disserem a área que precisa mais, talvez sim. Eu direi que em todas áreas se justifica. Não tem nenhuma que não se justifica instalar um CAPS. Tem algumas facilidades, como na Vila Nova, onde esta casa é do município, que com algumas adequações que foram feitas, já está apta a receber um CAPS. Por isso que colocamos neste local. Na lâmina 9 o serviço foi fechado e onde está a equipe? Foi realocada, estando em outros lugares e já tentamos resgatar algumas pessoas. Chamou. Mas as pessoas se acomodam. Adaptamse ao seu lugar. Outra coisa, é de que foi feito um concurso e porque não usam estes recursos humanos? Na verdade como foi comentado antes, não existe o cargo para o médico rediologista, não existem vagas para médicos. O cargo existe mas não existe a vaga. Foi encaminhado em maio deste ano, para a Câmara de Vereadores, através da Secretaria de Administração, para que se pudesse aumentar o número de cargos para médicos, enfermeiras, e está na Câmara Municipal para avaliação e aprovação ou não.

351

352

353

354

355

356

357

358 359

360

361 362

363

364

365366

367368

369370

371

372

373

374

375

376

377378

379

380

381 382

383 384

385

386 387

388

389 390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

Enquanto isso não acontece não podemos contratar médicos e assistentes administrativo. que é algo que se necessita bastante. Médico foi solicitado para aumentar para 100. Nós estamos numa situação que é entre o que é bom e o que é ótimo. Na verdade eu acho que o ótimo é inimigo do bom. Podemos neste momento fazer uma coisa boa. Cabe aos conselheiros se perguntarem se ao longo deste ano, ao longo de suas vidas, ao se deparar com situações, como se vê na mídia, fulano amarrado ou preso na cama, se estes CAPS não teriam feito a diferença na vida destas pessoas. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA e já encaminha a palavra ao Plenário. Iniciando as manifestações, fala a conselheira SILVIA GIUGLIANI, representando o Conselho Regional de Psicologia, e neste momento a Comissão de Saúde Mental. Em primeiro lugar devo dizer que a gente tem de fazer um exercício de como sendo a saúde um direito e não como um serviço. Um serviço, ele existe. Deixa de ser ofertado. Um direito tem de ser garantido. Este é um exercício importante para a gente efetivamente garantir, na cidade, uma Rede que atenda as necessidades da população. Na Comissão de Saúde Mental fizemos um exercício de ver a Rede como um todo. Aqui estamos fazendo um foco, com os termos de convênio com os CAPS AD, com o Ponto Atendimento. Mas isto não é saudável no sentido de entender o quanto isto gera impacto, esta ação e toda a demanda que a cidade tem. Quero retomar aqui a questão da Saúde Mental na Rede Básica. A questão da Média Complexidade, porque a questão da Alta Complexidade, em relação às internações continuam sendo questões nebulosas, pois mesmo um CAPS AD pode demandar internações que vão ficar sem retaguarda. Quero "nos lembrar" que vivemos uma situação de conveniamento, em relação as Comunidades Terapêuticas. Assinado em maio do ano passado, 80 vagas e temos hoje, operadas, 12 vagas. E é assim, não podemos somente tratar de conveniar, encher o extintor e apagar o incêndio e não dar conta de enfrentar o problema, na sua complexidade A Rede atual não absorve coomorbidade. Nenhuma destas alternativas aponta para esta questão. Ela é gravíssima. Muitas situações aparecem na Comissão de Saúde Mental e nós tentamos articular, o que é possível, sem resultado, sem êxito nenhum. Então, para um tratamento de álcool e drogas, falar claramente a relação da coomorbidade é fundamental, se quisermos ser efetivo. Nós queríamos contrapor a questão de mais um Pronto Atendimento. Apesar de entender isso no cenário da cidade a inexistência em Porto Alegre, uma capital com de um CAPS III, que está previsto na Rede de quase 1.8 milhões de habitantes, Serviços Substitutivos. Tem sim mais impacto de que um Pronto Atendimento. Especialmente porque o Pronto Atendimento tem uma Emergência. Trabalha com 24/72 horas. Ele não absorve. Não tem para quem encaminhar. Ele compõe a rede de uma forma mais potente. Queria "nos lembrar" novamente, vocês me conhecem, pois faço as linhas do tempo, aprovamos em março de 2006 o Plano Municipal de Saúde Mental. Neste Plano nós já aprovamos uma proposta que o Gestor fez de CAPS II IAPI e Leste, implantados em 2006. Quatros CAPS AD. Leste, Centro, Extremo Sul, Lomba-Partenon, em 2007. Isto não é uma questão de somente lembrar data, mas uma questão de memória pois neste período de 2006 até agora, foram apresentados vários planos. Alguns não se falam. Não podemos mudar de idéia assim. Solidificar nossos dados. Pedimos dados Epidemiológicos. Pedimos leituras, contextualizando as comunidades. O que é mais emergente. O que é mais necessário. Outra questão que se levou muito em conta, na Saúde Mental, é de que não se tem nada contra o conveniamento. Mas neste momento na Política de CAPS AD, que não temos base própria para sustentar ações na eventualidade de um rompimento de um conveniamento, pois 90 dias, em Saúde Mental, não é nada. Quero saber quem vai segurar a crise do paciente que tiver sem atendimento e eventualmente o município não ter poder de cobertura, pois não temos Rede Própria de CAPS AD. Isso não é uma frase bombástica, mas é uma realidade quando toda uma ação

401

402

403

404

405

406

407

408

409 410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421 422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437 438

439

440

441

442

443 444

445

446

447

448

449

está sustentada em conveniamento, que é neste momento a proposta. Não temos nada contra as ações de conveniamento, desde que ampliem a Rede, mas não sustentem a Rede. E queria, por fim, passar pelo nosso Parecer, no sentido de Prestar Contas, para a Plenária do Conselho do que a Comissão levantou como pontos que nos pareciam serem trabalhados e que complicam neste momento a aprovação da proposta de conveniamento. Entendemos que é urgente a ampliação da Rede. Entendemos que esta ação passa pela execução do Plano de Saúde Mental, que tem serviços concretos propostos. A questão de ausência na Rede de Serviços da cidade de uma ação mais efetiva de serviços matriciais, serviços de ambulatório, CAPS II e III, Infantil e AD, nas diferentes regiões da cidade. Nós sabemos que os CAPS atuam por território. Então não adianta abrir um CAPS aqui, outro ali, porque na hora de operar, o técnico, para preservar sua ação, vai usar o critério do território. No documento que a gente teve acesso, em que há uma consulta ao Ministério da Saúde, que a Secretaria fez, eles reafirmam a questão da natureza pública dos serviços de base e a necessidade de um estudo que realmente levante a impossibilidade dos serviços serem executados de forma própria. É isto que quer dizer o Artigo 24. O que quer dizer o artigo 24? Ele não quer dizer que a Rede está saturada. Ele quer dizer qual é a capacidade que o Gestor tem de garantir de forma própria o Serviço. Para isso nós precisamos saber em que percentual o Gestor está na Lei de Responsabilidade Fiscal. Sempre aqui era contraditório este dado. garante que existe uma pausa. O Gestor diz que não. Sobre o CAPS AD do Santa Marta, avaliamos como completamente equivocada a escolha do lugar. No quinto andar. Sem acesso privado. Com risco enorme, pelo tipo de paciente. O crack não é como tratar maconha ou cocaína. Ele é de outra ordem. É muito mais complexa a síndrome de abstinência que o sujeito vive. No IAPI, a área apresentada para nós foi como que, historicamente área destinada ao CAPS II, este que tem equipe própria para ser implantado e até hoje nos perguntamos na Comissão de Saúde Mental, porque não o foi. Nós afirmamos a questão do Concurso, que a IRMA respondeu no final de sua fala. Estamos falando no mínimo há dois anos, com documentos, da necessidade de ampliação da Rede. Neste sentido achamos que é prematura a aprovação do Termo de Convênio, porque existem ações próprias a serem garantidas. A Comissão tem buscado realmente contribuir para o Conselho, para que não sejamos superficiais nas nossas análises, e que nós temos toda a seriedade, para que as coisas decididas aqui não coloquem em risco a população em relação ao atendimento que vai ser ofertado. Seguindo manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR, registrando que o documento chamado "Projeto de Trabalho" foi entregue para nós. Quem entregou? Não sei. Já o entreguei ao JAMES. Com relação às perguntas dos documentos, das apresentações, que não teve todas as respostas. Depois, por escrito, espero que venham. Existem muitas contradições. Num documento fala em 10 leitos, outro fala em 30 leitos e agora na sua fala são ditos 15 leitos. Acho que realmente tem uma confusão muito grande e temos uma dificuldade de entender do que estamos falando. Com relação ao Santa Marta acredito que não exista forma de adequá-lo, ao que prevê a legislação. A Portaria diz que "os Centros de Atenção Psico Social somente poderão funcionar em área física especifica, independente de qualquer estrutura hospitalar" Não pode ser no 5 oandar, no meio do serviço. É um absurdo uma coisa dessas. Fui funcionária daquele prédio e sei quanto é difícil circular naquilo. Como é complicado subir e descer naquele elevador. Com relação aos recursos para adequação das áreas físicas, quero dizer que fico um pouco chocada com esta questão do vinculo 40, pois até onde eu sei, os investimentos, principalmente em obras, que a Prefeitura deve cumprir o que é definido pelo Orçamento Participativo, que é investimento. Na resposta sobre o custeio, não ficou claro. Quer dizer, o Hospital vai garantir os recursos humanos e sabemos que a remuneração dos CAPS precisa de um

451 452

453

454

455

456

457

458

459 460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481 482

483

484

485

486

487 488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

reforco. Ele não se auto-sustenta. Como vai ficar isso? O Hospital vai ter prejuízo? Vai abater de alguma isenção, de alguma questão filantrópica? Já temos uma discussão nova sobre o Moinhos de Vento. E sobre a questão dos recursos de enfermagem, deve existir alguma coisa pois quem levantou a questão foi a representante do COREN, na SETEC, que garante que dos quatros técnicos de nível médio, quatro devem ser de enfermagem. Fala a seguir a Dra. IEDA BATAIOLI, médica clínica, concursada pelo município, a 16 anos. No consultório, sou psiguiatra, há dez anos. Hoje, pelo município exerço a função de Direção Geral do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. Apesar de indicada pelo Gestor, estou aqui agora como representante dos pacientes. Meu interesse são os pacientes, são os usuários, que buscam diuturnamente a psiguiatria e saúde mental do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. Em nome deles, eu digo, esta emergência já devia ter acontecido há muito tempo. Os CAPS AD já deviam ter acontecido há muito tempo. Não podemos, agora, protelar pois existe um detalhe do documento que não está corretamente, ou 100% esclarecido. Os pacientes não podem esperar mais. As situações que foram levantadas. Como um CAPS AD vai se virar numa situação de emergência? Isto não é para CAPS AD, isto é para Pronto Atendimento. Como foi segurado até hoje? No Pronto Atendimento. Como funcionou na Interdição do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, que ficou mais de 2 meses fechado, por não ter mais condições de atender, exatamente esta demanda? Funcionou. Foram para outras Emergências de hospitais. Foram atendidos. Não se teve noticia de que tenha havido um incremento no numero de suicídios naquele período. Existe o suporte para o que se tem hoje, lá no Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. Se por acaso houver o rompimento do contrato, por parte do Mãe de Deus, num ato de irresponsabilidade, que eu desconheco na história da Instituição, o município tem 90 dias para buscar o recurso. Neste meio tempo, o PACS, como sempre segurou, continuará segurando. Não é somente o Hospital Conceição que não fecha as portas. O PACS também não fecha. Ao menos que, por determinação do CREMERS, não tenham condições técnicas e éticas para o desempenho da profissão. A situação do crack em Porto Alegre e no País, todo mundo conhece. Os Hospitais não querem mais receber pacientes dependentes químicos. O que o SUS paga para um Hospital, não paga uma Unidade de dependência química. Existe um CAPS AD, na Cruzeiro, que não está com sua Equipe completa, que dá suporte para várias Unidades de Saúde. Não vou conseguir dormir direito hoje, por ter ouvido aqui que não adianta abrir CAPS AD agora porque as condições do papel não são as ideais. Fala a seguir a Conselheira MARIA REJANE SEIBEL, do Sindicato dos Enfermeiros que inicia dizendo que se a gente for pensar sobre a Saúde em Porto Alegre, ninguém vai dormir direito, até porque quando a gente vem aqui representar a nossa entidade, o faz com a maior seriedade. Por ter a consciência, de trabalhar lá na ponta, no dia a dia, nestas condições que a gente tem reportado aqui para o Conselho e para toda a cidade. Então realmente não é de dormir. Não é de dormir, quando é suspenso um Convênio com a FAURGS e entra outro e uma população enorme fica desassistida por não ter o Convênio do PSF. Quando se fecha uma Emergência no PAM 3, quando há controvérsias, não somente por indicação da classe médica, mas a população solicitando a abertura e o Gestor não abrindo. Preferiu mantê-la fechada. A de se perguntar para este Gestor porque através dos concursos já realizados de médico, Dra. IRMA, de Técnicos de Enfermagem, que não foram feitos, e de outras categorias, porque não foram chamados até hoje? Não existe a questão da vaga e do cargo. Porque não estão sendo chamados os ginecologistas e os clínicos, para dar este suporte que a Rede Básica necessita, para dar este suporte também na Saúde Mental, onde a Rede está uma preocupação. Eu vivo o dia a dia, porque é a escolha de Sofia. A mesma consultoria que é feita na Saúde Mental, a gente vai muitas vezes por escolha. Sabemos qual é a realidade. E não há este suporte,

501 502

503

504

505

506

507

508509

510

511

512

513

514515

516

517518

519

520

521

522

523

524

525

526527

528

529

530

531532

533

534535

536

537538

539

540

541

542

543544

545

546

547

548

549

que não é dado. Então vamos falar de uma forma séria. Não projetem de como se nós. deste Conselho, fossemos os responsáveis pelas crianças morrerem de fome. O número de pobres e moradores de rua de Porto Alegre aumentou. É culpa do Conselho Municipal de Saúde? Esta questão de amarrar crianças, não a tratemos como demagogia. Viemos aqui para tratar esse tema como uma coisa séria. O Convênio que deve ser feito. E aqui está o Prestador, o Usuário, o Gestor e os Trabalhadores. A Lei de Responsabilidade Fiscal não cabe na desculpa. É só perguntar ao Gestor guantos foram os concursados que foram aprovados e não foram chamados. Onde está o Convênio da ULRBA? Onde está o Convênio do Conceição? São estas respostas que não são dadas. O Gestor não comparece nas reuniões. Estamos tratando de uma forma séria. Agora, dizer que a gente não vai dormir por não ter aprovado ou deixar uma pessoa amarrada, desculpe, mas isto é demagogia. Seguindo fala o Senhor PEDRO RIBEIRO, do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal, dizendo que mais importante é o último item do Parecer onde solicita o levantamento dos Recursos Humanos. Em termos de Gestão isto é uma obviedade, até para ver o que se pode fazer ou em que instâncias de discussão se tem de ir. Discutir somente aqui, ir ao Legislativo. E queria me congratular por estar aqui a Diretora do PACS, a colega IEDA, por estar nos apoiando nesta discussão que o pessoal da Cruzeiro tem feito a anos. Outra coisa, o PACS como referência não serve. IEDA, tu vai ver com que recursos a gente trabalha lá. Sempre abaixo do que é necessário. O PACS é um milagre. Outra coisa. Num convênio, quem rompe é uma das partes. Não somente os "loucos do Mães de Deus" como foi citado. Um outro exemplo é o Programa PIM-PIA, que em Porto Alegre está com problemas, pois o contrato com os Estagiários terminaram e até repor tudo isso, são uns três ou quatro meses. Quem me disse isso foram os colegas. Este é um dos riscos dos Conveniamentos. Seguindo, manifesta-se a Conselheira IONE NICHELLE, dizendo inicialmente que sobre Saúde Mental, o quanto já se discutiu aqui. O quanto esta Comissão se reúne. O IAPI espera pelo CAPS II a muito tempo. Nós também queremos uma Emergência na nossa região. A Cruzeiro para nós, é muito longe. Mas, antes disso, nós gueremos uma Rede que atenda as pessoas. As pessoas estão no sufoco, numa correria. Se houve falar que lá na Cruzeiro uma pessoa fica 2, 3 dias ou até uma semana, aguardando um leito. O que estamos conseguindo do que aprovamos no Plano Municipal de Saúde Mental? Muito pouco. As Comunidades Terapêuticas, quanta discussão deu. Foi colocado para os técnicos que para enviar para estas Comunidades, precisamos dos CAPS, que não temos. Aprovamos 80 metas. Temos 12 vagas pela PACTO, que atende jovens de 17 a 21 anos. Uma faixa restrita. É aquilo que falei no inicio. Cada um faz a sua Política. A pessoa é convidada para assumir. Assume e faz o que acha. A Comissão de Saúde Mental, o Conselho Municipal, isso é outra coisa. É isto que está errado. Porque as pessoas não se somam? Somando a cidade iria ganhar. Seria contemplada. Onde está a nossa discussão de todos estes anos? Nossa discussão não servirá para nada? Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, lembrando que em função de toda a discussão, de anos já havidos neste Conselho, tomamos uma decisão de fazer uma Audiência Pública, sobre a Saúde em Porto Alegre, com especial atenção à Saúde Mental. Isto foi feito e com muita competência. Esta no site do Conselho o relato da Audiência Pública. E vamos encaminhá-la à Comissão Inter Americana de Direitos Humanos. Estamos preparando o documento. Portanto, este Conselho não esqueceu deste detalhe. Se hoje estamos fazendo esta discussão, também é por causa disso e o fazemos com seriedade. Fala o Conselheiro OLIR CITOLIN, dizendo que na atual situação que nos encontramos, vamos querer um CAPS em cada esquina. Tamanha é a drogadição em que está envolvido este povo. Moro na Vila Maria Degolada, ou Maria da Conceição. Toda a manhã, quando saio para trabalhar encontro diversos jovens vendendo drogas, ganhando dinheiro. Quem leva este dinheiro para eles,

551

552

553554

555

556

557

558559

560

561

562

563

564565

566

567568

569570

571

572

573

574

575

576

577578

579

580

581 582

583

584 585

586

587 588

589

590

591

592593

594

595596

597

598

599

ali, não são os pobres. Seguindo, se manifesta a Dra. IEDA BATAIOLI, que diz que a Saúde Mental do Pronto Atendimento da Cruzeiro, não serve de modelo e sim para avaliar o que deve e oque não deve ser feito. Tenho conversado com o representante do Hospital Mãe de Deus e tenho colocado, junto com a Dra. IRMA, que precisamos, no mínimo de dois psiquiatras. Existe sim uma Resolução do COREN, que diz que deve ter no mínimo cinco Técnicos de Enfermagem. Temos duas opções. Ou segue lamentando o que ainda não foi feito e ficamos nisso, não indo adiante. Ou a gente tenta, em algum momento, fazer alguma coisa. Manifesta-se a seguir a GERENTE DISTRITAL da Glória/Cruzeiro/Cristal LORI GREGORI, dizendo que acompanha o Pronto Atendimento em Saúde Mental de forma muito próxima. Gostaria de falar sobre a Instituição Mãe de Deus. Temos a experiência do Hospital na Unidade de Saúde da Vila Gaúcha, onde trabalha com a equipe básica de saúde, a qual tem um resultado muito positivo. Tem todo um Projeto Social, dentro daquela área, que é o chamado "Buraco Quente". É uma Instituição que tem credibilidade dentro da cidade. Fala a seguir a conselheira ROSA, representante da Câmara Municipal de Porto Alegre. Primeiramente reforço o que a IONE falou pois o Conselho Municipal de Saúde é um momento único de encontro de todas as áreas que vivenciam a saúde. Temos que perder um pouco esta postura de confrontação, o que não significa que o Conselho não possa exigir determinadas situações básicas, para poder votar com propriedade o que vai ser erigido no futuro da cidade, na área da saúde. Então me parece um pouco terminante esta posição de que se não for votado hoje este convênio, a política de saúde mental do município vai afundar. Acho isso um pouco irresponsável, Dra. IEDA, que não está aqui neste momento. É trazer para o Conselho uma responsabilidade que não compete somente ao Conselho. Afinal de contas esta Prefeitura está no quarto ano de Gestão e a Política de Saúde Mental ainda está neste nível tão precário, e diga-se que isto vem de Gestões anteriores. Mas quem está é a Gestão atual e é responsabilidade de todas as partes, inclusive da nossa. Outra coisa, é de que me preocupa muito esta história do Convênio, porque no momento que a gente não tem garantia que a Rede possa absorver, com o fechamento de determinados serviços, que são apagadores de incêndio, porque não há uma estrutura básica que vá segurar as pontas neste momento, acho que temos que ter tempo para amadurecer esta idéia e que talvez não seja uma ou duas semanas. Sabemos que no momento que abrimos uma porta para a demanda, ela não se fecha mais. E também, como sugestão, trazer os dados que estão sendo solicitados, para a próxima reunião. Manifesta-se a conselheira SILVIA GIUGLIANI, deixando claro que, em nome da Comissão de Saúde Mental, em nenhum momento avaliamos a qualidade dos serviços do Hospital Mãe de Deus Não nos compete. Não era o nosso ponto. Temos todo o respeito em relação a esta Instituição. E convidamos, o que esquecemos de fazê-lo antes, que os representantes do Hospital Mãe de Deu participem das reuniões da Comissão de Saúde Mental, na 1ª e 3ª terça feira do mês, das 9 as 11 horas. Este convite é permanente. E para a IEDA, quero te dizer que em algum momento, e acho que não era tua intenção, me senti numa pressão, num terrorismo. Ou é isto ou é aquilo. A plenária é testemunha das inúmeras pautas que estamos solicitando desde 2006, para apontar a fragilidade da Rede. Então, não cabe, ou é isso ou é aquilo. Agora tem de ser apontado o que é adequado. O que é correto. Não é agora, por conveniamento, sem ter gás próprio, e vou afirmar aqui, não existe CAPS AD do município. Tem o do GHC. O município tem uma Equipe, que avaliamos como especializada, duas pessoas e meia. Carga horária reduzida. Dá conta do que pode, mas não é um CAPS. Não é justo que a plenária lide com informações imprecisas. A Coordenadora MARIA LETICIA lembra que a equipe do CAPS AD, da Cruzeiro, que chamamos de embrião, recebeu mais dois profissionais. Enfermeiro e Terapeuta Ocupacional, mas infelizmente por carta contrato. Fala a seguir a Dra. IRMA ROSSA e já

601 602

603

604

605

606

607

608

609 610

611

612

613

614

615 616

617 618

619

620

621

622

623

624

625 626

627

628

629

630

631 632

633

634

635

636 637

638

639 640

641

642

643644

645 646

647

648

649

diz à LETICIA que estes contratos são provisórios, mas podem ser prorrogados. Para a semana que vem já está sendo contratado um psiquiatra, um clínico e mais um profissional de enfermagem. Chateio-me muito quando falam do Convênio da Comunidade Terapêutica, pois estamos fazendo todo o esforço para conseguir as 80 vagas. Não as temos porque elas não existem. Não existem porque as Fazendas Terapêuticas que se propõe a prestar este serviço não tem esta qualidade que é exigida pelo Ministério da Saúde. Sobre a questão da idade, existe uma legislação que impede que pessoas mais jovens figuem com as mais velhas. Concordo plenamente com a SILVIA que precisamos do CAPS III. Sem dúvida. Temos várias demandas e vamos fazendo na medida em que as coisas estão aparecendo. Quanto ao Santa Marta, a colega que falou e que trabalhou lá, talvez não se lembre que existe uma entrada, que não está sendo utilizada e que pode ser adequada. O Hospital Espírita tem seis andares e tem grades nas janelas. Isso não é problema. Vai ser gradeado. Sobre a quantidade dos leitos, houve uma negociação e finalmente chegamos a um acordo que seriam 15 leitos. Outra coisa é de que temos, dentro da Secretaria, dificuldades de encontrar pessoas que queiram trabalhar com álcool e drogas. Isto é uma dificuldade enorme, pois as pessoas não se acham qualificadas e é um serviço bastante pesado. Manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR, que como proposta propõe que seja encaminhado, de forma documentada, a real situação dos Recursos Humanos do Município, na área de Saúde Mental até porque a gente houve bastante de que " a equipe não quer" "o prestador não quer" "o hospital não gosta". Onde está a Gestão? Temos de ter um modelo de Atenção e prioridade e os trabalhadores vão, de alguma forma, ser convidados a participar disso. Temos um monte de gente, que sabemos muito bem, como estão trabalhando. A minha proposta sobre este convênio é de que separe o Convênio da Emergência, do Convênio dos CAPS. Tem Legislação própria para CAPS e vai trancar alguma coisa, sim. Se trancar, vai trancar tudo. Então, a Emergência na Zona Norte, embora não seja a prioridade ou a melhor coisa a fazer, é absolutamente necessária. Tem área ociosa no IAPI, para fazer. É uma proposta no sentido de avançar, na implementação de alguma coisa na área de Saúde Mental. Separa-se o Convênio. Também tem de ficar muito claro no Convênio do que o Hospital vai gastar. Aqui não está escrito Isso é importante saber pois ele é um Prestador de Serviço e daqui a pouco não queremos novamente um contrato onde o Prestador saia com prejuízo e rompa este Contrato. O Hospital não pode operar com déficit. Qual a dotação orçamentária? Isto não está escrito. Isso precisa estar muito transparente. E tem de se esgotar a questão dos recursos humanos próprios, para abrir convênio com o Hospital, para os CAPS. Manifesta-se a Conselheira MARIA REJANE, reforçando a fala da HELOISA e complementando, que não se vote hoje o Convênio, dando-se um tempo para que venha da forma como o solicitado pela SETEC. Fala novamente a conselheira ROSA, dizendo que a legislação do SUS prevê convênios deste tipo, para se ter mais agilidade, quando o município não tem capacidade de abarcar tudo. Proponho que se dê um prazo para que o município dê retorno, pois senão a responsabilidade sobre a decisão desta plenária vai ficar um pouco grande. Manifesta-se o Dr. SÉRGIO RUFINI, representa a Direção do Hospital Mãe de Deus dizendo, para encaminhamento, que a Direção do Hospital se compromete a responder e atender a todas as demandas deste Conselho. Retoma a palavra a Coordenadora MARIA LETÍCIA, para fazer os encaminhamentos. Diz, O HUMBERTO já havia encaminhado, lá no inicio a proposta de que o Gestor Municipal respondesse os questionamentos colocados pela SETEC, por escrito e isto está presente na fala de todos os encaminhamentos. Outra proposta é da HELOISA ALENCAR, de que se separe em dois convênios. Um para a Emergência e outro para os CAPS, até porque os CAPS tem uma legislação específica. E o prazo para a resposta será no dia 17 de julho, próxima Plenária

651 652

653

654

655

656

657

658

659 660

661

662

663

664

665 666

667 668

669

670

671 672

673

674

675 676

677 678

679

680

681 682

683

684

685

686

687 688

689

690

691

692

693 694

695

696

697

698 699

ordinária do Conselho. Portanto, em regime de votação. Quem concorda com a proposta acima se manifeste. É aprovada por 27 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Manifesta-se novamente a Coordenadora, dizendo que a outra proposta que as Conselheiras SILVIA e MARIA REJANE trazem é : de que se possa retomar a discussão do Plano de Saúde Mental na Comissão de Saúde Mental, com a presença do Gestor, e que este possa recompor a Rede Básica do Município em Saúde Mental, a partir de Recursos Humanos próprios. Execução do Plano de Saúde Mental, a partir da resposta, que será elaborada pelo Gestor, para responder os questionamentos da SETEC. Colocada em regime de votação, a proposta é aprovada por 27 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Para finalizara, lembramos a todos que na próxima 5ª feira, dia 10 teremos uma Plenária Extraordinária, para discutir nosso Regimento Interno. As 21:10 horas, nada mais havendo a tratar é encerrada a Plenária e lavrada a presente Ata.

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA OSCAR RISSIERI PANIZ
Coordenadora da Plenária Secretario
Ata aprovada na reunião Plenária do dia 17/07/2008.